

## A ISLAMIZAÇÃO DA AGENDA INTERNACIONAL

**RUBENS RICUPERO (2009)**

***O Anjo do Senhor disse a Agar, escrava de Sara: “Volta à tua senhora, humilha-te diante dela”. E ajuntou: “Eu te darei uma descendência tão numerosa que será impossível contá-la”. Disse-lhe ainda: “Estás grávida e darás à luz um filho ao qual porás o nome de Ismael (quer dizer: “Deus escuta”), pois o Senhor prestou atenção à tua humilhação. Esse menino será independente como o asno selvagem: sua mão se levantará contra todos, e a mão de todos se erguerá contra ele; lá onde habitar, ele fará frente a todos os seus irmãos”.***

**(Livro do Gênesis, 16, 9-12)**

A tendência ao predomínio de crescente componente islâmico na agenda mundial de conflitos tornou-se o traço definidor da evolução das relações internacionais a partir de 2001 até hoje. Isso se deve basicamente ao devastador impacto dos ataques terroristas do Onze de Setembro e do tipo de reação que despertou no governo de George W. Bush. A resposta predominante militarizada provou-se incapaz de lidar com um desafio complexo que requer variedade de abordagens.

A militarização da diplomacia foi acompanhada de retórica política que utilizou no começo a imagem explícita de uma cruzada antimuçulmana. Manipulou-se o medo da população à repetição dos atentados como instrumento de geração de poder dentro dos Estados Unidos. Criou-se a impressão de que se havia desencadeado uma “nova Guerra Fria” ou uma “longa guerra” contra inimigos identificados como fundamentalistas islâmicos.

Desde o discurso de posse de Obama, percebe-se na multiplicação de seus gestos e declarações uma consciência clara do risco envolvido na emergência desse fenômeno inédito. Ao protestar que os Estados Unidos não se encontram em guerra com o Islã, como já fez várias vezes, o presidente implicitamente admite que essa impressão errônea se disseminou pelo mundo afora.

A tendência não se limita à política exterior norte-americana, afetando em grau maior ou menor um número muito considerável de países na Europa, Ásia e África, com notável exceção para a América Latina, onde o tema ocupa posição marginal, quase insignificante. Um teste empírico comprova a universalização do fenômeno. Na data em que dou início à redação deste artigo (22 de julho de 2009), os episódios de violência e conflito da atualidade internacional com repercussão no noticiário diário pertencem todos a essa categoria: os recentes atentados a hotéis em Jacarta, a renovação dos mortíferos confrontos étnico-religiosos entre uígures muçulmanos e chineses da etnia han no oeste da China, os ataques terroristas a

cristãos no Iraque e o número recorde de soldados ocidentais mortos nos últimos meses no Afeganistão (Poderia acrescentar, em dias posteriores, as centenas de mortos dos distúrbios sobre a lei islâmica no norte da Nigéria, os atentados mortais contra cristãos no Paquistão e assim por diante: quase não se passam dois ou três dias sem novas notícias desse tipo ).

O problema se apresenta sob múltiplas aparências e não admite ser reduzido a uma de suas mais dramáticas expressões: o fundamentalismo extremo do terrorismo globalizado de organizações como Al Qaeda e similares. Já nesse capítulo teríamos matéria para justificar a afirmação do início do artigo, dadas a variedade e gravidade das consequências duradouras acarretadas ao relacionamento entre Estados pelo impacto direto do terrorismo fundamentalista islâmico e pelo gênero de resposta que se adotou contra essa ameaça. É o que se vê até mesmo no retrocesso registrado em áreas antes consideradas como avanços irreversíveis da globalização como as restrições à livre circulação e ingresso de viajantes e à livre manifestação de opiniões e críticas de imprensa ou pela internet.

Dentre os desdobramentos diretos ou não da resposta do governo de Washington aos atentados de 2001 se destacam duas guerras de custos e proporções trilionárias. A do Afeganistão já inaugura seu décimo quarto ano, muito mais do que durou a Segunda Guerra Mundial; a do Iraque produziu lamentável rosário de atrocidades, sérios abalos à autoridade moral dos Estados Unidos devido às violações de direitos humanos de terroristas ou suspeitos, violação à legalidade internacional da Carta das Nações Unidas configurada na invasão do Iraque sem autorização do Conselho de Segurança.

O processo de disseminação da ameaça fundamentalista não é o da metástase, “o do aparecimento de um foco secundário, à distância, no curso da evolução dum tumor maligno”, na definição do Aurélio. Na realidade, o que temos são focos importantes em si próprios, independentes e separados na origem, que gradualmente passam a agir uns sobre os outros, espalhando geograficamente a área conflituosa e complicando-a em nível e intensidade.

Do ponto de vista espacial, por exemplo, pode-se acompanhar como a zona de tensão, confinada, no início (digamos no final dos anos 1940 e começo dos de 1950), ao chamado Oriente Próximo (em relação à Europa), isto é, o extremo oeste da região (Israel, Palestina, Egito, Síria, Líbano), vai aos poucos e por motivos em parte independentes uns dos outros, se propagando em direção ao extremo leste (o Oriente Médio propriamente dito: Irã, Iraque, Arábia Saudita, Golfo Pérsico, até atingir o Afeganistão, o Paquistão, com ramificações pela Ásia Central). O Irã funciona como uma espécie de ponte de ligação e da transmissão da interação entre os conflitos dessas diversas áreas.

Praticamente não existe normalidade em nenhum ponto dessa extensa cadeia, mas apenas situações que vão desde a trégua armada até aos conflitos abertos. A violência explícita dos combates ora se fixa alguns meses no Líbano e na faixa de Gaza, com ataques pontuais à Síria, ora se detém alguns anos no Iraque, retornando depois de um intervalo, à ponta leste, no Afeganistão-Paquistão.

O “arco de crises” desenha uma longa curva que, partindo dessa ponta afegão-paquistanesa, cobre o Irã, o Iraque, os países do Golfo, entre eles o Kuwait e a Arábia Saudita, a Síria, o Líbano, Israel, os dois territórios palestinos, o da margem ocidental sob o Fata e o da faixa de Gaza sob o Hamas, o Egito, até se afogar nas areias do Sudão e da Somália, no Chifre da África e, em direção ao sul, atingindo a Nigéria, o Mali, a República Centro-Africana. Em alguns desses países, em especial no Iraque, na Síria, na Líbia, já não existe mais um Estado que controle o território todo.

Nenhuma região sobre a face da Terra apresenta concentração de guerras e tensões comparável à desse antigo berço das antigas civilizações da Mesopotâmia e do Egito, assim como das três grandes religiões monoteístas do Livro: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, todas vindo no patriarca Abraão seu pai comum.

Cada um desses conflitos possui especificidade própria, com causas, natureza e características que não devem ser reduzidas ou uniformizadas por comparações simplistas e apressadas. Não obstante, o que todas as situações de tensão e conflito ostentam em comum é que, em cada uma delas se encontram, de um lado, ocidentais (os norte-americanos, primordialmente, e seus aliados da OTAN, a começar pelos britânicos, os israelenses e os regimes no poder localmente), do outro, uma variedade enorme de movimentos e facções, sunitas ou xiitas, fundamentalistas ou não, terroristas ou combatentes convencionais, mas todos invariavelmente muçulmanos.

De pouco serve dizer que não é por serem muçulmanos que os ocidentais os combatem, mas por representarem ameaças de vários tipos. A questão crucial, como diriam os marxistas, é que, nesses casos, os inimigos objetivos (e as vítimas objetivas dos “danos colaterais”, deve-se acrescentar) são sempre muçulmanos, quaisquer as razões explicativas. Não são todos, nem a maioria dos muçulmanos; nada há que justifique atribuir à religião, à cultura ou à tradição muçulmana a responsabilidade ou a culpa por essa situação. Permanece, no entanto, o fato de que existe uma coincidência entre a maioria dos conflitos violentos contemporâneos e a filiação islâmica de alguns dos componentes principais de tais conflitos.

Conforme mencionado acima, o problema não é apenas com os ocidentais, mas afeta em graus variados todas as grandes potências nucleares e militares do mundo atual. Para a antiga superpotência decaída, a Federação Russa, ele se configura como a maior ameaça à precária unidade do que sobrou do Império Czarista após a desintegração da União Soviética. Embora a Rússia englobe cerca de uma centena de

nacionalidades e línguas diferentes, as tendências separatistas e a violência são, sobretudo, acentuadas nas regiões muçulmanas do Cáucaso, com destaque para a Tchetchênia, onde há anos Moscou vem conduzindo brutal ofensiva para liquidar a rebelião e os atentados terroristas.

Apesar de menos graves, os atritos com as minorias islâmicas têm aumentado de maneira alarmante na China, assinalando-se choques já na véspera dos Jogos Olímpicos, prenúncio dos sangrentos incidentes de julho de 2009 na cidade de Urumqi, região autônoma de Xinjiang, no noroeste do país. A Índia, por sua vez, onde nunca deixou de haver preocupação com o potencial conflituoso em relação a setores da numerosa população islâmica, tem sido um dos alvos prediletos dos terroristas ligados ao Caxemira e ao Paquistão, que estiveram por trás do espetacular ataque contra hotéis e outros alvos de Mumbai em fins de novembro de 2008.

A diferença essencial em termos comparativos com as políticas dos EUA e da OTAN é que russos, chineses e indianos se limitam a lidar com a questão como um problema basicamente interno. Em contraste com os norte-americanos e seus aliados, têm cuidadosamente evitado qualquer envolvimento com operações militares de intervenção em países muçulmanos.

De fato, o que não falta no mundo de hoje são dificuldades relacionadas com algumas comunidades maometanas. As tensões internas em reação ao crescimento das comunidades formadas por imigrantes dessa religião se converteram nos últimos vinte e cinco anos em fator de peso nas tendências da política doméstica de boa parte dos países da Europa ocidental, ocasionando aumento de partidos e movimentos xenófobos de extrema direita, adoção de legislação repressiva e incidentes violentos.

Por ocasião das lutas que marcaram a desintegração da Federação da Iugoslávia, os combates mais encarniçados e as piores atrocidades se registraram contra populações muçulmanas da Bósnia e, em menor grau, do Kosovo, remanescentes dos convertidos dos tempos do Império Otomano contra os quais permanecem tenazes os ódios dos eslavos do sul, sérvios e croatas.

A propósito, a Turquia, sucessora dos otomanos, apesar dos oitenta anos decorridos do laicismo imposto por Kemal Atatürk, voltou a ser governada por partidos islâmicos moderados, o que contribui para dificultar sua demorada e incerta admissão à União Europeia.

Em vários países ou regiões muçulmanas, a pressão para a adoção da xaria, a lei corânica, como legislação comum, tem sido responsável por choques frequentemente sangrentos como no Paquistão, na Nigéria ou no Sudão.

Esse inventário de disputas, tensões e conflitos permite afirmar que a “islamização da agenda” não é um exagero, mas corresponde a uma realidade

objetiva. O fenômeno passou a chamar a atenção já há algum tempo e ocupava espaço importante no célebre artigo do professor Samuel P. Huntington no número do verão de 1993 da revista *Foreign Affairs* sob o título de *The Clash of Civilizations?*, ampliado e transformado no livro *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (Nova York: Simon & Schuster, 1996).

Huntington tencionava desenvolver uma interpretação da evolução da política internacional após a desagregação da União Soviética. Em substituição ao paradigma da Guerra Fria, explicação do comportamento do sistema mundial que prevaleceu durante 40 anos, propunha novo paradigma: o de que os conflitos do futuro seriam muito mais o resultado de choques de cultura do que função de fatores ideológicos ou econômicos. Chegava a identificar nove grandes culturas ou quase culturas: Ocidental, Latino-Americana, Africana, Islâmica, Sínica, Hindu, Ortodoxa, Budista e Japonesa. Na prática, enxergava maior potencial de conflito do Ocidente com a cultura sínica e a islâmica, que julgava apresentarem certos interesses comuns capazes de gerarem entre elas uma aliança tática.

Após referir-se no artigo de 1993 às “sangrentas fronteiras do Islã”, o professor Huntington adotou abordagem mais matizada no livro posterior, onde desenvolvia a ideia de que enquanto os asiáticos se tornavam cada vez mais afirmativos devido ao êxito econômico, os muçulmanos experimentariam o que chamava de “Ressurgimento Islâmico” (*Islamic Resurgence*), a última fase de adaptação da civilização islâmica ao Ocidente. Seria um amplo movimento intelectual, cultural, social e político implicando a aceitação da modernidade (por exemplo, o progresso econômico e técnico, os armamentos modernos), mas a rejeição de muitos dos valores da cultura ocidental e a redescoberta do Islã como guia de vida no mundo de hoje. O fundamentalismo islâmico não passaria de uma das tendências de um movimento muito diversificado e em sua maioria não extremista.

Não teria cabimento neste artigo reproduzir o debate provocado pelas teses de Huntington como chave de compreensão do sistema internacional de nosso tempo. Segundo os editores de *Foreign Affairs*, o artigo original de 1993 foi o que mais ocasionou discussões na revista desde os anos 1940. Decorridos mais de vinte anos, a polêmica se exauriu e hoje pouca gente levaria a sério a pretensão de invocar fatores de identidade cultural como base predominante de novo paradigma explicativo da evolução do sistema mundial.

Resta ao artigo e ao livro do professor de Harvard, falecido na véspera do Natal de 2008, o mérito de haver chamado a atenção para a importância das identidades culturais nas relações internacionais. Sanou-se, desse modo, um descaso que foi particularmente forte na época da competição bipolar da Guerra Fria, quando só havia olhos para os fatores ideológicos ou de disputa de poder. Essas tradicionais explicações do jogo internacional entraram em crise com o naufrágio da URSS e o final da Guerra

Fria no começo da década de 1990. Desaparecidas as alternativas ideológicas credíveis, a concentração do poder em mãos americanas, o “momento unipolar” dos EUA, que se revelou fugaz, convidava ao aparecimento de novas hipóteses interpretativas.

É esse vazio teórico que atrai o pensador de Harvard, seduzido pela possibilidade de oferecer, com base num fator de ordem cultural, uma visão explicativa abrangente que reduza o aparente caos internacional a uma elegante decifração. Desde então, perdemos tal ilusão e voltamos a nos resignar à impossibilidade de simplificar a complexidade crescente do sistema internacional e de reduzi-lo a interpretações unívocas. Em contraste com a relativa simplicidade do paradigma do choque de civilizações, as análises atuais revelam extraordinária variedade na natureza das causas de conflitos capazes de afetar a ordem internacional.

O que sobra então do paradigma do choque de civilizações e da hipótese islâmica, seu componente mais popular, sobretudo a partir do momento em que os atentados do Onze de Setembro pareceram confirmar a capacidade de previsão dessa teoria? Deixando de lado o duradouro impacto que tiveram os atentados na visão de mundo dos americanos e, mais ainda, na radical transformação da diplomacia e da estratégia dos Estados Unidos, vale a pena dizer alguma coisa acerca dos desenvolvimentos mais ou menos independentes do episódio de setembro de 2001.

Com efeito, conforme se vem mencionando nesta análise, os enfrentamentos com elementos muçulmanos não constituem apanágio dos norte-americanos, ocorrendo também como problema interno da sociedade na Rússia, na China, na Índia, em quase todos os países da Europa ocidental, no Sudão, na Nigéria, na Tailândia, nas Filipinas e em nações de maioria islâmica como a Indonésia ou o Paquistão. Seria obviamente inadequado tentar atribuir todos ou a maior parte desses desenvolvimentos ao binômio atentados - reação inepta do governo de George W. Bush.

Cada um desses problemas se diferencia dos outros por uma infinidade de particularidades locais que impossibilitam generalizações abrangentes. Mesmo os casos semelhantes, como os de existência de minorias de religião maometana no seio de sociedades de cultura diferente (Rússia, China, Índia, Nigéria, Tailândia, Filipinas), revelam, quando analisados de perto, enorme diversidade em termos de tamanho e importância das minorias, passado do relacionamento, gravidade atingida pelos conflitos. Da mesma forma, as soluções aplicadas e as possíveis divergem conforme o país considerado, indo da brutalidade de terra arrasada na Tchetchênia a uma tradição mais complexa na Índia ou nas Filipinas.

Na Europa ocidental, as dificuldades com as comunidades muçulmanas assumem às vezes aspectos complicados devido aos fatores religiosos que aumentam a resistência dessas comunidades à assimilação; em substância, no entanto, os

preconceitos e resistência da população autóctone contra os seguidores do Islã não chegam a ser tão distantes dos sentimentos que ostentam em relação a africanos e asiáticos não muçulmanos.

Nas nações muçulmanas que registram conflitos sérios como resultado dos intentos de impor a xaria, o recrudescimento do problema tem muito a ver com o chamado Ressurgimento Islâmico. É interessante que, em muitos desses países, a exacerbação do problema se deveu com frequência à irradiação do ensinamento ministrado pelas escolas corânicas financiadas e disseminadas pela Arábia Saudista, cuja variante religiosa, o Wahabismo, representa uma das mais extremadas correntes do Islã.

Nada disso, entretanto, obscurece o fato de que, embora correspondam a um quinto da população mundial, os muçulmanos tenham estado muito mais envolvidos em violências inter-grupais na década de 1990 do que populações de outras culturas, como assevera Huntington, que relaciona em seu livro numerosos levantamentos empíricos aparentemente comprobatórios de uma maior tendência dos islâmicos a recorrer à violência como forma de resolver divergências (ver na obra citada de Huntington especialmente os capítulos *Islam and the West* e *Islam's Bloody Borders*).

As possíveis causas da tendência, segundo o autor, seriam demográficas (crescimento explosivo, com população concentrada em faixas de idade de menos de 25 anos, de maior inclinação à agressividade, coincidindo ademais com alto desemprego); políticas (militarização das sociedades, orientações expansionistas de alguns governos) e, acima de tudo, de natureza histórica. Lembra que o presidente Clinton (hoje poderia dizer o mesmo de Obama) sustentou que o Ocidente não tinha problemas com o Islã, apenas com os extremistas islâmicos violentos. Em tom quase provocativo, acrescenta: “Mil e quatrocentos anos de história demonstram o contrário” (obra citada, p. 209).

Transcreve a frase do professor Bernard Lewis: “Por quase mil anos, desde o primeiro desembarque mouro na Espanha até o segundo cerco de Viena pelos turcos, a Europa esteve sob constante ameaça de parte do Islã”. Observa que o Islã foi a única civilização que colocou “em dúvida a sobrevivência do Ocidente” e que fez isso por duas vezes. Conclui que muito da hostilidade ou da desconfiança mútua entre ocidentais e islâmicos provém dessa longa história de lutas sangrentas, nas quais a culpa ou a iniciativa pertence ora a um lado, ora ao outro. A expansão do Islã por meio das invasões ou do jihad, que deixou em seu rastro populações islamizadas no interior de quase todas as grandes civilizações - na China, na Índia, no cristianismo ortodoxo da Rússia ou da Sérvia - explicaria a persistente hostilidade das sociedades do entorno em relação a essas minorias.

Um fator que, a meu ver, mereceria na obra enfoque mais completo se refere à influência da religião como elemento definidor da identidade cultural. Huntington não esquece, é claro, a famosa “vingança de Deus” na raiz de todos os fundamentalismos de reação à modernidade. O mais correto, no entanto, teria sido falar em “vingança de Alá”, uma vez que, das nove civilizações identificadas no livro, a única onde a religião desempenha ainda papel absolutamente central e predominante é o Islã.

Diante de culturas como a chinesa ou a japonesa para as quais a religião é uma espécie de relíquia folclórica, da ortodoxa russa, com menos de 12% de praticantes, da heterogeneidade e desorganização dos cultos tradicionais africanos, de um Ocidente no qual católicos e protestantes cada vez acentuam mais a secularização e o laicismo da vida individual e social, o Islã faz figura solitária. A rigor, trata-se da única religião em vigorosa expansão no mundo contemporâneo, da que tradicionalmente sempre se distinguiu pela quase impenetrabilidade a qualquer proselitismo de religiões concorrentes, com baixíssimo número de prófugos e renegados (por outro lado, severamente castigados, como quase sucede com o escritor Salman Rushdie).

É igualmente a religião menos afetada até agora pelo efeito corrosivo da razão científica e da modernização das estruturas de produção e consumo. Aliás, um dos motivos da rejeição de tantos muçulmanos aos valores ocidentais é justamente o temor de que o impacto do Ocidente acabe por destruir a fé e a moral islâmicas.

O fato indiscutível é que o processo de secularização e laicização é no Islã extremamente incipiente. No Ocidente cristão, essa evolução demorou quase mil anos para completar-se, desde a questão das investidas até a definitiva separação das igrejas e do Estado. Apesar de que o Evangelho, fonte da doutrina cristã, sempre deixou clara a separação da religião e da política (*dá a Cesar o que é de Cesar, meu reino não é deste mundo*), nem por isso houve menos resistência à delimitação das esferas distintas dos dois reinos, chegando frequentemente à guerra civil, até na pacata Suíça do século XIX. Como se desenrolará o processo numa religião incomparavelmente mais totalizadora como o Islã, que abrange todas as facetas da vida (daí a insistência na xaria) e a rigor tem dificuldade de aceitar a autonomia da esfera do profano e do governo em relação ao Corão?

Tudo indica, por conseguinte, existirem argumentos ponderáveis em favor de duas proposições. A primeira é a inegável realidade de uma especificidade islâmica, isto é, a importância muito maior do papel desempenhado pelo fator religioso e cultural na maioria dos conflitos envolvendo muçulmanos do que em relação a qualquer outra área cultural contemporânea. A segunda consiste na necessidade de corrigir o descaso relativo à presença de fatores de identidade cultural nas relações internacionais. Na maior parte dos casos, eles nem de longe são os de maior peso, nem mesmo nas disputas com ou entre muçulmanos. Seria excessivo, todavia, tanto negar-

lhes a existência como, no extremo oposto, querer convertê-los a priori no principal fator determinante dos conflitos internacionais no mundo depois da Guerra Fria.

Pode-se agora voltar ao nosso ponto de partida: os atentados do Onze de Setembro e a resposta de Washington como presumivelmente as causas principais da islamização da agenda. Embora não haja desfechado golpe mortal no poder norte-americano, AL-Qaeda demonstrou com exemplo espetacular de “propaganda pelo ato”, a justeza do que afirmava o anarquista Enrico Malatesta: “o mais eficaz dos meios de propaganda é o fato insurrecional destinado a afirmar os princípios (...) por meio de atos”.

Logrou, assim, algo de inimaginável: pautar a política externa e a estratégia do seu pior inimigo pelos 14 anos seguintes. Só conseguiu tal resultado porque nesse particular seus interesses coincidiam com os do grupo que dominava naquele instante o governo nos Estados Unidos e viu no episódio a oportunidade de consolidar e expandir o poder que conquistara apertadamente. Que melhor instrumento para isso do que combater o terrorismo com uma política interna de manipulação do medo e externamente pela eliminação da agenda de qualquer preocupação estranha à obsessão da ameaça islâmica?

Não é de surpreender que a corrupção moral intrínseca a essa escolha acabasse por malbaratar o capital de simpatia e solidariedade despertado no mundo em relação aos EUA e enfraquecesse gravemente a legitimidade da causa, comprometendo os próprios valores humanos e éticos da ação internacional norte-americana. Realizava-se, dessa forma, a profecia emitida, quinhentos anos atrás, por Erasmo de Roterdã, ao rejeitar a lógica da guerra santa contra os turcos. O problema, explicava, é que, sob pretexto de combater as barbaridades dos turcos, os cristãos, utilizando os mesmos métodos, terminariam, eles mesmos, por se tornarem turcos...

Ultrapassaria de muito nosso espaço descrever a não ser em linhas gerais o processo pelo qual a resposta oficial americana foi gradualmente se desvirtuando e perdendo foco e eficácia. Os começos haviam sido auspiciosos: recorreu-se ao consenso multilateral a fim de obter o indispensável aval do Conselho de Segurança da ONU para destruir o santuário proporcionado aos terroristas pelos talibãs do Afeganistão.

Consenso análogo tornou possível a coordenação e cooperação das autoridades financeiras de numerosos países na adoção de medidas para neutralizar os efeitos econômicos dos atentados e com vistas a detectar e eliminar as fontes de financiamento do terrorismo. Aparentemente se compreendia que movimento não estatal, clandestino e anônimo como o terrorismo internacional só poderia ser combatido por ação igualmente cooperativa de serviços de inteligência, de informação

e de polícia, não se prestando, fora casos excepcionais, a operações bélicas de envergadura.

Não demorou infelizmente para que o governo de Washington abandonasse essa via cooperativa multilateral, cedendo à ilusão da militarização unilateral da luta contra os extremistas islâmicos. Os discursos do “eixo do mal” e da apologia da preempção (*preemptive attack*) a fim de evitar que armas de destruição em massa caíssem em mãos terroristas marcaram os pontos decisivos da definitiva ruptura do consenso. A aplicação da doutrina contida nos dois discursos adquiriu a forma da fixação no Iraque de Saddam Hussein. Já aí se abandonara a meio caminho o foco prioritário na extirpação do terrorismo, uma vez que o regime leigo do Baath iraquiano poderia ter todos os defeitos do mundo salvo o de tolerar a concorrência de um grupo de terroristas religiosos fanáticos e hostis a tudo o que ele representava.

Diante da óbvia implausibilidade do esforço de pretender vincular Bagdá aos extremistas islâmicos, os manipuladores de Washington se viram obrigados a alinhar sucessivas justificativas da invasão, tão numerosas quanto fantásticas: o inexistente programa nuclear; a irônica defesa dos direitos humanos dos iraquianos por aqueles que organizavam o campo de Guantánamo e logo criariam a prisão de Abu Ghraib; a necessidade de promover a mudança de regime a fim de assegurar os delírios de democratização do Oriente Próximo que embriagavam os neoconservadores, aliados da extrema direita israelense do Likud. Somente tiveram o cuidado de não falar em petróleo, razão talvez um pouco mais realista, porém inconveniente...

O balanço líquido da aventura iraquiana produziu um dos mais espantosos fiascos estratégicos autoproticados por uma grande potência: a fácil vitória sobre Saddam Hussein tirou de cena o único contrapeso eficaz contra a ascensão da República Islâmica do Irã ao estatuto de potência regional predominante. Desta vez, o risco de que essa potência persiga com determinação a meta de armamento nuclear é real, não imaginário... Seria difícil imaginar final mais desastroso!

Em resumo, fez-se o contrário do que recomendava o artigo que escrevi para a “Folha de São Paulo” menos de três meses após o Onze de Setembro (“O homem que foi Quinta-Feira”, 2/12/01). Nele se sugeria que “o antiterrorismo não deve ser erigido em novo princípio organizador e definidor da vida internacional como foi o anticomunismo na Guerra Fria”. Ora, exatamente foi isso o que fez.

Nota de atualização: Quase 15 anos depois do Onze de Setembro, o problema da proliferação dos conflitos de componente islâmico continua cada vez mais vigoroso e sem perspectiva de solução. O fracasso quase total da Primavera Árabe, os Estados em decomposição no Iraque, na Síria, na Líbia, o aparecimento de movimentos de barbárie como o Estado Islâmico ou o Boko Haram comprovam que estamos tão longe

de uma estratégia eficaz até de contenção, para não falar de resolução, do que no início deste novo e conturbado século.

Rubens Ricupero